

ST06 Comportamento Político e Opinião Pública

Entre o petismo e o antipetismo: uma análise da polarização política no Brasil e suas implicações para a democracia

Gabriel Ávila Casalecchi¹

Aiane de Oliveira Vieira²

Bruna Ferrari Pereira³

RESUMO: Este artigo busca investigar a existência de uma polarização política no eleitorado brasileiro em relação à três dimensões das preferências políticas: 1) eleições e dinâmica eleitoral; 2) políticas públicas; e 3) legitimidade democrática. Argumenta-se que a polarização observada no plano do sistema político, que antes centrava-se no PT e no PSDB, alinhou-se em outros dois sentidos nas eleições de 2018: o petismo e o antipetismo. A hipótese é que existem diferenças substantivas entre esses grupos que podem trazer implicações no âmbito eleitoral e democrático. Para testar a hipótese utilizamos os dados do Barômetro das Américas 2016/17.

PALAVRAS-CHAVE: cultura autoritária; identificação partidária; petismo; antipetismo;

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais na UFSCAR

² Doutorando em Ciência Política na UFSCAR

³ Doutorando em Ciência Política na UFSCAR

1. Introdução

As eleições presidenciais no Brasil pós redemocratização eram caracterizadas pela polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), juntamente com seus aliados. Os dois partidos, por três décadas (1994-2014) – praticamente toda a atual experiência democrática do país – lideraram a disputa eleitoral presidencial e construíram um “modelo competitivo sólido” (Carreirão, 2014), contribuindo para a estruturação do sistema partidário e por relativa estabilidade político-institucional (Limongi, 2006; Braga e Pimentel, 2011; Melo e Câmara, 2012).

O período iniciado a partir das eleições presidenciais de 2014 alterou o alinhamento da disputa em torno dessas duas forças partidárias e deu espaço para o surgimento de novos atores políticos. A sequência de acontecimentos que começou com o resultado acirrado das eleições de 2014 até o impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff reavivou debates até então adormecidos, como o da governabilidade ou até mesmo o da estabilidade da democracia no Brasil (Kingstone e Power, 2017; Santos, 2017; Limongi, 2017; Limongi e Figueiredo, 2017; Melo e Nunes, 2017). Outros autores destacaram ainda os efeitos da tensão entre os “vencedores” e os “perdedores” das eleições e seus efeitos na democracia (Braga e Casalecchi, 2016).

Ainda que todos os partidos – ou a “classe política” de forma mais ampla – tenham sofrido um desgaste junto à opinião pública, o Partido dos Trabalhadores foi especialmente atingido. A ampla cobertura midiática dos escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás e outras estatais; o avanço da operação “Lava-Jato” e, em especial, das acusações envolvendo o ex-presidente Lula; o aprofundamento da crise econômica a partir de 2013; e todo o processo em torno do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, provocaram uma verdadeira crise da “marca” associada ao PT enquanto partido de esquerda (Amaral e Meneguello, 2017). A configuração do cenário eleitoral de 2018, os desdobramentos da campanha e o consequente resultado nas urnas que elegeu Jair Bolsonaro, reforçaram a crise de imagem e declínio da simpatia dos eleitores em torno, não apenas do PT, mas também das tradicionais forças políticas que guiaram a disputa presidencial nas últimas décadas (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016; Samuels e Zucco, 2018).

Diante desse cenário de instabilidade política e da crise de imagem que atingiu especialmente o PT, podemos distinguir duas correntes de pesquisa mais recentes. No que se refere às possíveis alterações na orientação político-partidária dos brasileiros, alguns pesquisadores se

dedicaram a compreender a tendência do eleitorado em se alinhar ao PT ou ao PSDB após o *impeachment* de Dilma Rousseff, observando a congruência desse alinhamento em termos de atitudes e comportamentos ideológicos e em que medida eles constituem ou não uma tendência ao acirramento da polarização política (Couto, 2014; Reis, 2014; Borges e Vidigal, 2018). Outra corrente, de forma mais ampla, buscou investigar o crescimento do chamado “antipetismo”, da ascensão de um sentimento partidário negativo em relação ao Partido dos Trabalhadores e as características que definem estes eleitores (Ribeiro et. al., 2016; Paiva, Krause e Lameirão, 2016; Speck e Balbachovsky, 2016; Samuels e Zucco, 2018).

Nesse sentido, observa-se que tais pesquisas ora focaram na tradicional polarização em torno da eleição presidencial, contrastando eleitores petistas e peessedebistas, ora no crescimento do sentimento negativo em torno do Partido dos Trabalhadores. O presente estudo parte dessas mesmas inquietações, interconectando-as em torno do que acreditamos ser a principal tensão que alimenta a atual conjuntura política nacional do ponto de vista da opinião pública: a que separa eleitores “petistas” dos “antipetistas”. É nesta perspectiva que o artigo caminha, compreender a cisão político-ideológica entre esses dois grupos, buscando responder duas perguntas: existe, de fato, uma polarização na sociedade brasileira? Se sim, qual é a natureza dessa polarização e quais as suas implicações em termos eleitorais e democráticos?

Nossa hipótese é que a cisão mais substantiva que marca o eleitorado brasileiro no contexto atual não é aquela que separa eleitores petistas e peessedebistas, mas sim a que divide os petistas dos antipetistas. Nos últimos anos, a opinião pública brasileira se dividiu entre a tradicional esquerda – representada tradicionalmente pela bandeira do Partido dos Trabalhadores – e a “nova” direita – representada majoritariamente pelo sentimento antipetista que, mais tarde, se aglomerou em torno da campanha do candidato Jair Bolsonaro.

Isso ocorre porque os laços partidários no Brasil são historicamente fracos, com exceção do Partido dos Trabalhadores. Embora o PSDB tenha sido um ator importante na estruturação do sistema partidário, ele não logrou êxito em criar raízes sólidas junto ao eleitorado, capazes de fornecer orientações estáveis na formação das suas preferências e avaliações políticas. Nesse sentido, parece-nos demasiadamente exigente supor que os eleitores guiem suas orientações políticas com base nesse binômio, tarefa realizada somente por um estrato mais politicamente sofisticado da população (Batista-Pereira, 2013).

Seria mais plausível supor que os eleitores formam e organizam suas preferências políticas a partir de uma operação mais “simples”: a afeição (ou desafeição) que possuem pelo ator central da política nacional: o Partido dos Trabalhadores. Após quase duas décadas no poder, e como único partido que alcançou uma base sólida de simpatia partidária no Brasil, o PT tornou-se uma referência essencial na formação das preferências do eleitor – ora de maneira positiva, na forma do “petismo”, ora de maneira negativa, na forma do “antipetismo”. Definida sobre esse eixo, esperamos encontrar um eleitorado “polarizado”, com preferências significativamente distintas no que tange às eleições, políticas públicas à própria democracia.

Para testar essa hipótese, contamos com os dados do Barômetro das Américas (BA). O BA é um dos principais surveys latino-americanos de opinião pública, conduzido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). Ele conta com 1500 entrevistas realizadas a partir de uma amostra probabilística estratificada em múltiplas etapas, considerando as principais regiões do país, o tamanho dos municípios, áreas urbana e rural e cotas no nível domiciliar. Tal desenho garante amostras nacionais representativas de adultos com idade para votar, com margens de erro de aproximadamente 2,5% e um intervalo de confiança de 95,5%.

O artigo está dividido em três partes. Primeiramente apresentamos as colaborações da literatura recente acerca da identificação partidária negativa e o debate sobre a polarização política no Brasil. Em seguida, lançando mão dos bancos de dados acima descritos, expomos as variáveis utilizadas no estudo, a composição da tipologia de perfil dos eleitores, bem como suas atitudes e preferências políticas. Por fim, na terceira parte, apresentamos os resultados dos modelos de análise e a discussão em torno dos dados. Encerramos com uma breve conclusão que resume os principais resultados da pesquisa e aponta para desafios futuros.

2. Entre o “petismo” e o “antipetismo”: a polarização política no Brasil

Seria impossível compreender a atual conjuntura política nacional sem ligá-la à trajetória do Partido dos Trabalhadores e, particularmente, à sua relação de identificação com os eleitores. Do ponto de vista da organização partidária, é praticamente consensual a visão de que, diferentemente da maioria dos demais partidos brasileiros, a formação do PT esteve diretamente ligada a atores da sociedade civil organizada, como sindicalistas, membros das Comunidades Eclesiais de Base e lideranças dos movimentos populares urbanos (Meneguello, 1989; Keck, 1991;

Singer, 2001). E, ainda que tenha passado por um processo de reestruturação organizacional e programática após chegar ao poder presidencial (Hunter, 2007; Ribeiro, 2010), o PT permanece como um dos únicos partidos a sustentar vínculos efetivos com a sociedade civil organizada (Ribeiro, 2010; Amaral, 2011; Amaral e Meneguello, 2017).

Da perspectiva da opinião pública, são várias as pesquisas que demonstram o Partido dos Trabalhadores como um dos únicos partidos, senão o único, a possuir um grau relevante e estável de identificação partidária junto aos brasileiros (Kinzo, 2004; Samuels, 2004, 2008; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011; Veiga, 2011). De 1987 até 2004, o percentual de eleitores simpáticos ao PT saltou de 4% para 27%. Em 2005, quando estourou o escândalo do “mensalão”, o percentual recuou para 16%, voltando a subir nos anos seguintes, atingindo um percentual médio de 23% entre 2006 e 2010. Nesse mesmo período, a média da simpatia partidária com o PMBD não ultrapassou os 8% e com o PSDB nem sequer os 6%. Os demais partidos são irrisórios e mal atingiram 1% da preferência do eleitorado (Venturi, 2010).

A ascensão do PT foi um dos principais gatilhos para a emergência de um incipiente movimento de alinhamento partidário na jovem democracia brasileira (Gimenes, 2017). Não por acaso, a maioria das pesquisas esteve concentrada na análise dos padrões de preferência e seus determinantes individuais (Samuels, 2004, 2008; Veiga, 2011; Ribeiro et. al., 2011; Speck, Braga e Costa, 2015; Gimenes, Furriel, Borba e Ribeiro, 2016).

Esse contexto, no entanto, mudou radicalmente a partir de 2013, com a volta de velhos “fantasmas” da política nacional: inflação, desemprego, escândalos de corrupção, crise de governabilidade, impasses institucionais e até mesmo um processo de *impeachment*. Concomitantemente, crescia também o desgaste à imagem do Partido dos Trabalhadores e as suas principais lideranças (Amorim Neto, 2016; Amaral e Meneguello, 2017), o que fomentou uma série de estudos sobre o “antipetismo” (Paiva, Krause e Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016; Borges e Vidigal, 2018; Samuels e Zucco, 2018).

O ponto de partida das pesquisas sobre o antipetismo é o conceito de “identificação negativa”, esboçado na obra de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960). A ideia central é que os eleitores não se identificam apenas positivamente com os partidos, mas também negativamente, alimentando sentimentos de antipatia, desacordo e rejeição. De forma geral, um eleitor que gosta muito de um partido tende a não gostar dos adversários políticos deste, reforçando, dessa forma, sua posição em relação ao seu grupo social (Lupu, 2013). Contudo, embora correlacionados,

sentimentos positivos e negativos são relativamente independentes (Rose e Mishler 1998). Por exemplo, é possível que um eleitor goste de um partido sem necessariamente rejeitar os demais, ou vice-versa; ou mesmo rejeitar todos indiscriminadamente.

O conceito de identificação negativa resgatado pelas pesquisas mais recentes trouxe um cenário mais complexo ao debate sobre o partidarismo no Brasil. Isso porque, *pari passu* o crescimento do petismo, cresceu também o seu antípoda, o antipetismo (Samuels e Zucco, 2018). Embora estudos anteriores já tenham tangenciado o tema (Carreirão, 2007, 2008; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011; Neves, 2012), uma das pesquisas pioneiras a trabalhá-lo de forma mais sistemática é a de Ribeiro et. al. (2016). Com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), os autores analisaram o antipetismo nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014 a partir de uma bateria de perguntas que solicitava aos entrevistados uma avaliação (de 1 a 10) do quanto “gostavam” de determinados partidos, entre eles o PT e o PSDB. Com essas perguntas, conseguiram medir não apenas o quanto os eleitores “não gostavam” do Partido dos Trabalhadores, como também criar uma variável “que sintetiza o conjunto de sentimentos (positivos e negativos) em relação ao PT e ao PSDB simultaneamente” (Ribeiro, et. al., 2016, p. 616).

Os resultados demonstram uma oscilação nos que avaliam negativamente o PT, sendo esse percentual menor em 2002 (28%) e 2010 (28%) e maior em 2006 (39%) e 2014 (40%). A avaliação negativa do PT é, normalmente, acompanhada de uma avaliação também negativa do PSDB, sendo o percentual desse grupo maior em 2014 (20%). Há, no entanto, um percentual relevante dos que não gostam do PT, mas gostam do PSDB (13% em 2014). O resultado que chama a atenção, no entanto, é a ausência de diferenças significativas entre esses grupos, com exceção do voto. Não gostar do PT diminui substantivamente as chances de voto em Dilma Rousseff nas eleições de 2014, principalmente se, além de não gostar do PT, o eleitor gostar do PSDB. Por outro lado, praticamente não existem diferenças no que tange às preferências políticas mais amplas: como a adesão à democracia, a preferência pelo regime em face das alternativas autoritárias, a intervenção do Estado e a relevância de uma sociedade mais igualitária.

A ausência de diferenças atitudinais entre os antipetistas e os seus subgrupos confronta a visão daqueles que enxergam as transformações de 2014 como um processo de radicalização da polarização política no país (Couto, 2014; Reis, 2014; Telles, 2015). A existência dessa polarização é o tema da segunda pesquisa aqui destacada: a de Borges e Vidigal (2018). Os autores utilizam o mesmo banco e as mesmas perguntas utilizadas por Ribeiro et. al. (2016) e partem do

mesmo pressuposto: que a identificação positiva e negativa importam. A diferença é que Borges e Vidigal justificam esse pressuposto teoricamente, dialogando com a teoria dos grupos sociais. Eles argumentam, com base nessa teoria, que a identificação partidária deveria ser compreendida de forma relacional, pelo sentimento de pertencimento do indivíduo a um grupo e, por conseguinte, pelo não pertencimento em relação aos demais. Trata-se, portanto, de uma identidade social, demarcada pelo binômio “*nós versus eles*”: “há boas razões teóricas para operacionalizar a identificação partidária como uma medida composta que inclui não apenas os sentimentos partidários positivos (identificação com o endogrupo), mas também os sentimentos partidários negativos (rejeição ao exogrupo)” (Borges e Vidigal, 2018, p. 58).

Diante disso, os autores calcularam a identificação partidária a partir da diferença entre o escores (notas do quanto “gostam” de 1 a 10) atribuídos ao PT e ao PSDB, os principais atores do cenário político nacional. Quanto maior a diferença das notas, maior é a “distância” que aquele eleitor separa os partidos, atribuindo uma identificação positiva sobre um e negativa sobre o outro. Eleitores que diferenciaram fortemente os partidos foram classificados como “eleitores puros”, ou seja, gostam muito de um partido ao mesmo tempo que não gosta do adversário; os que tiveram uma pequena diferenciação são os “eleitores moderados”; e, por fim, os que não diferenciaram em nenhum grau os partidos foram considerados “eleitores indiferentes”.

Os resultados refutam a hipótese de que há uma radicalização da polarização política, com o aumento do escopo e da intensidade dos sentimentos partidários em relação aos principais atores políticos do sistema partidário, o PT e o PSDB. Analisando os dados de 2002, 2006, 2010 e 2014, eles observaram que não houve um crescimento expressivo dos “partidários puros”, isto é, aqueles que diferenciavam claramente o PT do PSDB ou vice-versa. De forma geral, o perfil do eleitorado é estável, sendo o mais numeroso os chamados “indiferentes”. Além disso, os autores também demonstram que não há uma diferença significativa entre esses grupos no que tange ao papel do Estado e a políticas públicas específicas, tais como: cotas, distribuição de renda, intervenção do Estado na economia, aumento de impostos e privatização:

Ou seja, não há evidências concretas relativas a um suposto aumento da polarização partidária nos últimos anos. Pelo contrário, as diferenças atitudinais entre petistas e tucanos são de pequena monta, e a distância ideológica entre os extremos da escala de partidarismo se reduziu ao longo do tempo. Além disso, não há evidências em favor da tese de que o crescimento do antipetismo estaria associado ao fortalecimento de uma suposta direita extremista (Borges e Vidigal, 2018, p. 71).

A pesquisa de Ribeiro et. al. (2016) e, especialmente, a de Borges e Vidigal (2018), têm o mérito de problematizar a suposta radicalização da polarização política no Brasil, a partir da emergência do “antipetismo”. Os dados não corroboram com a hipótese de que os eleitores teriam “migrado” para os extremos do espectro político, adotando uma identificação claramente positiva com um partido e negativa em relação ao partido adversário. Tampouco permitem concluir que existem diferenças significativas entre os grupos no que tange a sua visão quanto ao papel do Estado na sociedade e políticas públicas específicas. Se a polarização política existe, ela estaria confinada a estratos mais específicos da população e a ambientes mais delimitados, como são, por exemplo, as manifestações políticas e o ativismo nas redes sociais.

Acreditamos que essas conclusões estão corretas, mas que devem ser interpretadas: 1) à luz do binômio PT *versus* PSDB no qual se baseou a construção dos grupos de eleitores e 2) dentro dos limites ao qual pertencem o escopo das perguntas utilizadas, notadamente perguntas relacionadas às percepções do papel do Estado na sociedade e das políticas públicas. Em relação ao primeiro ponto, nosso argumento é que ambos os estudos buscaram construir seus perfis do eleitorado replicando no “eleitor comum” o espectro observado no sistema partidário. Contudo, muito embora seja certo que PT e PSDB tenham estruturado o sistema partidário em torno da competição presidencial, a suposição de que essa polarização no nível sistêmico seja incorporada ao sistema de crenças do eleitor médio, a ponto de estruturar suas opiniões, é questionável. O que as pesquisas de opinião pública demonstram é que mesmo após seis eleições presidenciais sob a disputa PT *versus* PSDB apenas o primeiro partido – mas não o segundo – conseguiu criar laços de identificação com o eleitorado. O PSDB, por exemplo, jamais ultrapassou 10% de eleitores simpáticos ao partido (Samuels e Zucco, 2018, p. 24).

Para além da fraca identificação, sabe-se que o eleitorado, em geral, têm pouco interesse e conhecimento político (Batista-Pereira, Fuks e Casalecchi, 2014), não consegue atribuir um conteúdo aos rótulos “esquerda” e “direita” e tampouco identificar os partidos políticos dentro desse espectro ideológico (Carreirão, 2015). Como agravante, o sistema político brasileiro é um dos mais complexos do mundo, tornando a tarefa de compreender e agir no “mundo político” ainda mais difícil para os eleitores (Rennó, 2006; Nicolau, 2015).

Diante de um cenário que agrega baixa identificação partidária, baixo conhecimento político e alta complexidade institucional, nosso argumento é que seria demasiadamente exigente esperar que os eleitores construam suas preferências de forma coerente com espectro institucional

que norteia o sistema político-partidário. Seria pouco razoável esperar que um eleitor médio passe a simpatizar com um partido (o PSDB, por exemplo), depois de “calcular” que é esse partido – e não seus adversários – que melhor representa sua própria ideologia e preferências políticas. Obviamente que uma parcela do eleitor é capaz de agir dessa maneira; mas não a sua maioria. Seria mais plausível supor que o eleitor tenha, na realidade, um “emaranhado” de crenças e preferências – muitas delas pouco correntes, inclusive – e que, ao longo da campanha eleitoral, ou em períodos de maior saliência política, passe a incorporar os “atalhos informacionais” ligados aos atores políticos em evidência, especialmente os “incumbentes”.

Na linha desse último argumento, sugerimos que, com a intensificação das turbulências políticas a partir de 2013, o PT tornou-se ainda mais saliente e, portanto, a “pedra angular” do “sistema de crenças” da maioria dos eleitores. É em relação aos sentimentos em torno do partido – sejam eles positivos ou negativos – que o eleitor passa a se “localizar” politicamente e organizar suas preferências. Com base nisso, do ponto de vista empírico, a comparação a ser feita, se quisermos compreender a polarização política no Brasil, não é entre os “petistas” e “peessedebistas”, mas entre os “petistas” e “antipetistas”.

O segundo ponto a ser destacado refere-se às limitações das perguntas normalmente utilizadas para medir a polarização do eleitorado brasileiro. Afinal, o eleitorado estaria (ou não) se “polarizando” em torno de quais temas, exatamente? As pesquisas mais recentes não dão a atenção devida a essa pergunta, partindo da premissa que a polarização estaria essencialmente ligada às preferências do eleitor quanto ao papel do Estado e a sua intervenção na sociedade. Ao nosso ver, essa é uma faceta primordial da política, mas não a única. A divergência dos eleitores não se limita ao papel do Estado, mas transborda para a própria organização do Estado e – talvez de forma ainda mais relevante – para como se desenvolve o poder no Estado. O que o eleitor pensa das eleições? Da participação política? Das regras do sistema político? Em que medida ele coaduna com um governo autoritário em detrimento de um governo democrático? Entender a diferença dos eleitores sobre esse aspecto é tão importante quanto aos que se referem ao papel do Estado, sendo que a “polarização” talvez se verifique em um nível que no outro.

Por essa razão, a proposta do artigo é somar às já tradicionais perguntas que medem a preferência por políticas públicas outras que também meçam as atitudes dos brasileiros em relação ao funcionamento do sistema político, como, por exemplo, a propensão à participação, a confiança nas eleições e aspectos específicos, como o processo de impeachment; além disso, também

adicionamos questões relativas ao apoio à democracia e a rejeição a golpes autoritários, ainda que em situações problemáticas, como de muita corrupção e crime.

Essa proposta assemelha-se a mais recente pesquisa sobre o tema, feita por Samules e Zucco (2018). Os autores revisitam a teoria sobre o partidarismo negativo para construir uma tipologia do antipetismo, com as seguintes categorias: 1) os “petistas hard-core”, que se identificam com o PT e rejeitam outros partidos; 2) os “petistas positivos”, que se identificam com o PT, mas não rejeitam outros partidos; 3) os “partidários (de outros partidos) e antipetistas”, que não se identificam com o PT, mas sim com outro partido; 4) e, por fim, os “antipetistas puros”, que não se identificam com nenhum partido e rejeitam o PT.

Com base nessa tipologia, eles testam a diferença entre os grupos não só para preferência por políticas públicas específicas, mas para atitudes políticas mais amplas. Os resultados encontrados são mistos. Por exemplo: os petistas (“hard-core e positivos) não se diferenciam dos antipetistas (puros e de outros partidos) no que tange à valores “liberais”, medidos na pesquisa por meio da tolerância ao aborto e aos direitos dos homossexuais. O apoio à democracia é mais complexo, pois o petista é mais democrata que o antipetista puro, porém não mais que o antipetista que partidário de outra legenda. Ou seja, o que marca as diferenças quanto a esse tema parece ser a preferência ou não por um (qualquer) partido político. Já o engajamento político (em associações) é uma atitude que predomina somente entre os petistas.

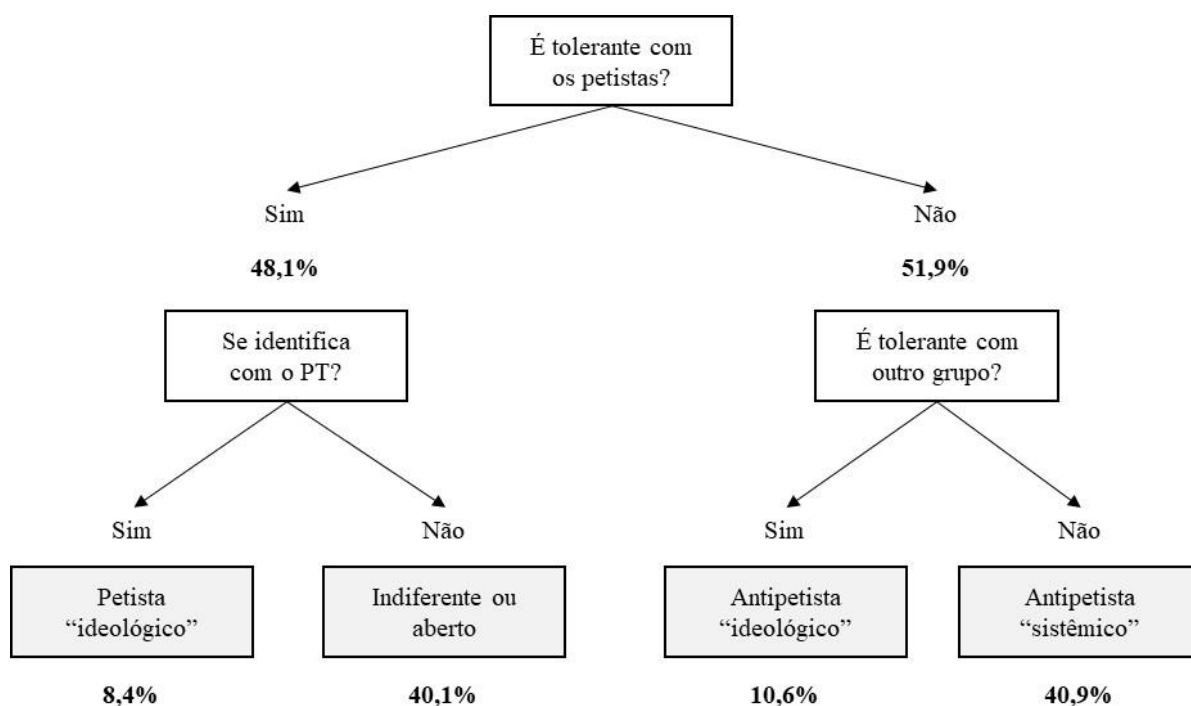
O presente artigo busca fazer algo próximo do que fizeram Samuels e Zucco (2018), expandindo os horizontes em relação ao que poderíamos identificar como parâmetros de “polarização política” e considerando como “polos” dessa polarização o “petismo” e o “antipetismo”, ao invés do “petismo” e um suposto “peessedebismo. Nossa tipologia, no entanto, difere-se em alguns aspectos da de Samules e Zucco (2018), como se verá na seção a seguir, uma vez que considera a posição em relação ao grupo social e não exatamente ao partido político. Além disso, trabalhamos com variáveis não utilizadas pelos autores, como o engajamento nas eleições (e não em associações), a confiança nas eleições, temas relacionados ao impeachment, o apoio à democracia, mas, para além, a rejeição a golpes militares.

3. Banco de dados, variáveis e modelos de análise

Para cumprir com os objetivos propostos, utilizamos os dados do Barômetro das Américas relativos ao Brasil, colhidos entre 5 e 11 de maio de 2017. Os dados provêm de uma amostra probabilística nacional, totalizando 1.532 entrevistas “face-a-face”⁴.

O primeiro desafio metodológico consiste na classificação dos petistas/antipetistas. De forma geral, as pesquisas costumam classificar esses grupos de acordo com a preferência ao partido. Ou seja, o quanto os eleitores “gostam” ou “desgostam” do PT e demais partidos. O Barômetro das Américas, no entanto, não dispõe dessa pergunta. Como alternativa, utilizamos uma medida de “aceitação” aos grupos sociais que seguem os partidos: “*falando de alguns grupos de pessoas, poderia informar o quanto gosta ou desgosta dos ‘Petistas/ Simpatizantes do PT’*”. Usaremos agora uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa desgosto muito e 10 significa gosto muito”. Acreditamos que a pergunta é adequada porque dá centralidade à tolerância em relação a grupos sociais, aspecto central da teoria do partidarismo negativo.

Figura 1. Tipologia/perfil dos eleitores brasileiros: petista ideológico; indiferente/aberto, antipetistas ideológico e antipetista sistêmico



Fonte: Construído pelos autores, com base no Barômetro das Américas, 2016/17

⁴ Para mais detalhes da amostra, conferir: <http://datasets.americasbarometer.org/database/files>

Como a escala varia de 1 a 10 foi necessário estabelecer um corte que separasse aqueles que toleram os petistas dos que não toleram. Uma opção seria um recorte proporcional, sendo que de 1 a 5 seriam os “não tolerantes” e de 6 a 10 os “tolerantes”⁵. Esse recorte, no entanto, seria excessivamente moderado, colocando no mesmo grupo notas extremas, como o 1 ou 10, com notas médias, como 5 ou 6. Outra opção seria um recorte radical, no qual apenas quem respondeu o valor “1” – “desgosta muito” – seria considerado “não tolerante”. Esse recorte, por sua vez, diminuiria a proporção de não tolerantes que ainda serão subdivididos na etapa seguinte, inviabilizando a realização de testes estatísticos⁶. Diante disso, nossa opção foi por um recorte intermediário, no qual considera-se “não tolerante” os que responderam os valores 1, 2 e 3. Esse grupo corresponde a 52% dos entrevistados, enquanto os demais somam 48%.

A partir desse primeiro critério, conseguimos dividir os eleitores entre o que “não toleram os petistas” e os que “toleram”. O segundo passo consiste agora em subdividir esses grupos. Em primeiro lugar, subdividimos o grupo dos que toleram os petistas. O pressuposto aqui é que a tolerância a esse grupo não implica, necessariamente, uma afinidade com o PT. Tratam-se, portanto, de grupos distintos: 1) aqueles que toleram os petistas e se identificam com o PT – chamaremos esse grupo de “petista ideológico” – e 2) os que simplesmente toleram os petistas, mas sem se identificar com PT – chamados de “indiferentes/abertos ao partido”. Para subdividir esse grupo utilizamos a seguinte pergunta: “*atualmente o(a) Sr./Sra. simpatiza com algum partido*” e, se sim, “*Com qual partido o(a) Sr./Sra. simpatiza?*”⁷.

Em seguida, o grupo dos não tolerantes também foi subdivido. O pressuposto aqui é que a intolerância com os petistas pode estar relacionada a uma intolerância com o sistema político em geral ou especificamente àqueles que seguem o PT. Por essa razão, buscamos subdividir esse grupo

⁵ Escolhemos a palavra tolerância, visto que, a crise política iniciada ainda em 2013, com as jornadas de junho e que se acirrou com os desdobramentos da Operação Lava Jato, parece ter instaurado uma verdadeira crise do modelo de democracia representativa no Brasil, colocando em xeque o papel das instituições, do governo, dos principais atores políticos, especialmente os partidos políticos. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, além de representar o governo, estando no poder há 13 anos, está também envolvido em vários escândalos de corrupção. Esse cenário gerou uma crise da marca petista e até mesmo intolerância à tudo aquilo que o partido representa.

⁶ Os antipetistas radicais (que responderam o valor 1) corresponde a 33% da amostra. Entretanto, na subdivisão seguinte, na qual cruzamos esses dados com os de identificação com o PT, o grupo de “petistas ideológicos” seria de apenas 5%, inviabilizando análises estatísticas futuras.

⁷ No total, 19% dos entrevistados declararam possuir simpatia por algum partido, dentre eles 52% simpatizam com o PT (cerca de 9% da amostra total).

entre: 1) os que não toleram especificamente os petistas, mas toleram outros grupos políticos – chamados de “antipetista ideológico” – e os que não toleram nenhum grupo político – os “antipetistas sistêmicos”. Para construir essa subdivisão utilizamos uma pergunta similar à do antipetismo, com a diferença de que o partido em questão é o PSDB⁸: “*falando de alguns grupos de pessoas, poderia informar o quanto gosta ou desgosta dos ‘Petistas/ Simpatizantes do PSDB’.* Usaremos agora uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa desgosto muito e 10 significa gosto muito”. O critério de corte é o mesmo da pergunta em relação ao PT⁹.

A Figura 1 demonstra a tipologia encontrada. Nota-se, em primeiro lugar, que o perfil mais comum entre os que toleram os petistas é o dos indiferentes/abertos (40,1%). Ou seja, pessoas que embora tolerem os seguidores do PT não compartilham da simpatia pelo partido. Menos comum são os petistas ideológicos, que além da tolerância, possuem, eles próprios, uma simpatia pelo PT. Por outro lado, entre os antipetistas, a maioria (40,9%) são antipetistas sistêmicos, ou seja, não toleram os petistas, assim como não toleram os seguidores do partido adversário, o PSDB, os demais partidos e até mesmo o sistema político como um todo. Menos numerosos (10,6%) são os petistas ideológicos, cuja intolerância é específica ao PT (e não ao PSDB).

Uma vez construída a tipologia do antipetismo, o segundo desafio consiste nas medidas que servirão de parâmetro para medir a polarização política. Como dito na seção anterior, o objetivo do artigo é expandir o leque de variáveis normalmente utilizadas, especialmente com a adição de variáveis que mensurem atitudes em relação ao sistema político. Nesse sentido, testamos três diferentes dimensões da preferência política dos eleitores: 1) atitudes em relação ao processo democrático, especialmente quanto a eleições; 2) atitudes em relação à democracia e a tolerância; 3) atitudes em relação ao Estado e a políticas públicas.

4. Resultados e discussão

Para testar os efeitos provocados pela tipologia do petismo/antipetismo, construímos modelos de Regressão Logit e, posteriormente, salvando os efeitos marginais do modelo, para cada grupo da tipologia. Nesse sentido, os gráficos abaixo representam as probabilidades preditas de ocorrência dos eventos para cada grupo (petista ideologia, indiferente, antipetista ideológico e

⁸ Idealmente essa variável deveria ser construída colhendo-se a opinião dos entrevistados em relação a todos os partidos. Infelizmente isso não é possível e, portanto, utiliza-se a tolerância ao PSDB como proxy.

⁹ Cerca de 56% dos entrevistados se declaram “antipessedebistas” enquanto 44% toleram esse grupo.

antipetista sistêmico), controlando-se (com o efeito médio) de outras características demográficas (sexo, idade), socioeconômicas (escolaridade) e individuais (interesse por político e sentimento de eficácia, isto é, do quanto se sente capaz de entender a política).

Começamos aqui pela dimensão da preferência por políticas públicas, conforme a Figura 2, abaixo. De forma geral, ambos os grupos tendem a concordar que o Estado deve intervir para diminuir as desigualdades sociais. Todavia, os petistas ideológicos tendem a concordar significativamente mais ($p < 0,05$) do que os antipetistas, sejam eles ideológicos ou sistêmicos. Quando o tema é o controle do Estado sobre as empresas mais importantes do país, o grau de concordância é menor, nos quatro grupos analisados. Todavia, o padrão se repete mais uma vez: os petistas ideológicos tendem a concordar mais com a interferência do Estado nas empresas do que os antipetistas, sejam eles ideológicos ou sistêmicos.

Por outro lado, quando as perguntas passam a abarcar temas de ordem moral, como o controle da criminalidade e o aborto, as atitudes se tornam mais homogêneas, e os grupos passam a não apresentar diferenças estatisticamente significativas. De forma geral, o apoio o aumento das penas para criminosos é endossado fortemente por todos os grupos, desde o petista ideológico ao antipetista sistêmico. O aborto é tema pouco mais controverso, com menor concordância, mas que também não diferencia as atitudes dos grupos aqui analisados.

Quanto ao último ponto – a legalidade do aborto – é preciso ponderar que a pergunta do Barômetro das Américas acrescenta um qualificativo ao perguntar se o eleitor concorda que a gravidez seja interrompida *quando existe risco de morte para a mãe*. Ao qualificar a questão dessa maneira, acreditamos que a pergunta tira o componente mais “liberal” do tema, pois enquadra o aborto em uma situação excepcional – o risco de morte da mulher. Portanto, ainda fica em aberto se as atitudes seriam diferentes se a pergunta fosse mais geral, considerando apenas o desejo da mãe e abortar. Infelizmente não há essa pergunta no Barômetro.

Figura 2. Preferência por políticas públicas. Efeitos Marginais Regressão Logit

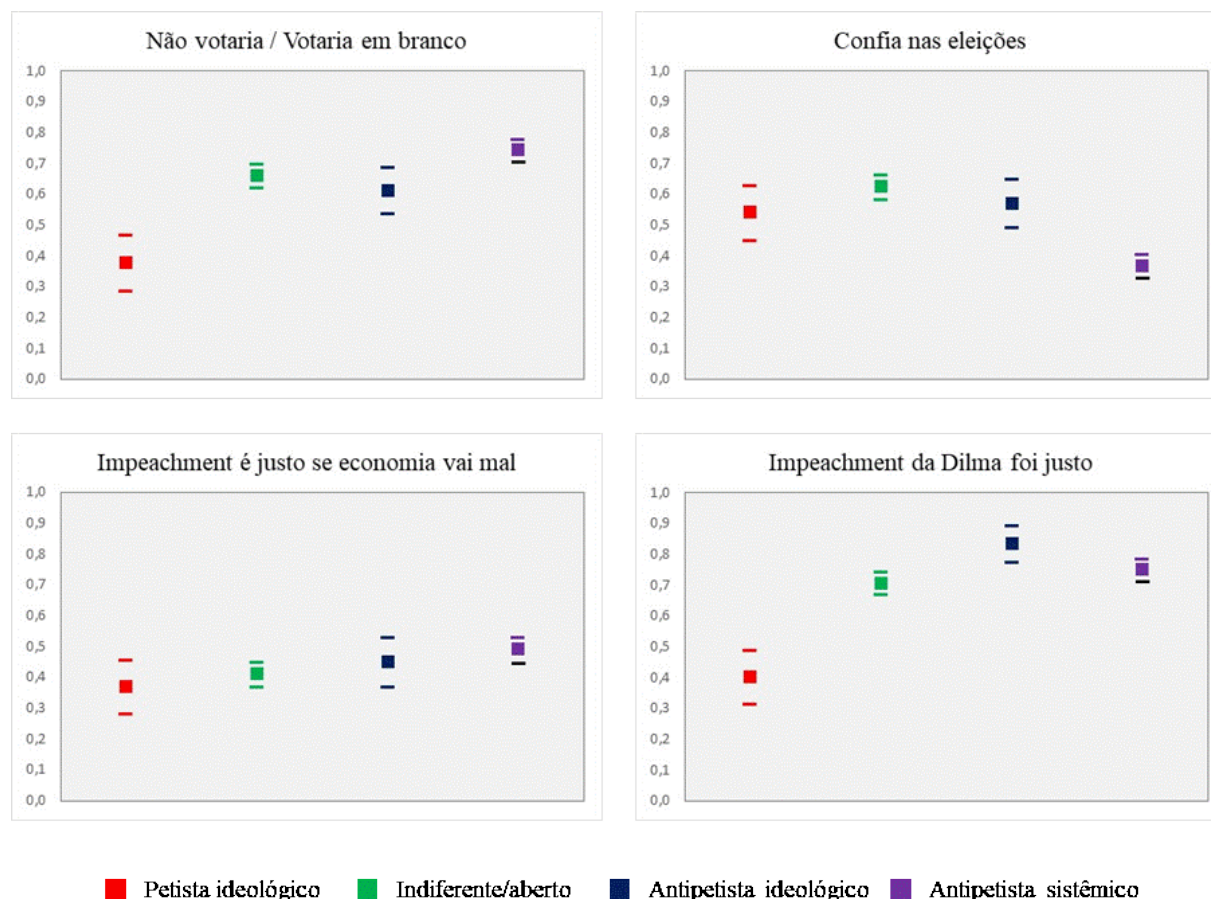


Fonte: Construído pelos autores, com base no Barômetro das Américas, 2016/17

Mudando das preferências por políticas para as atitudes relacionadas ao funcionamento do sistema político, mais especificamente para as atitudes ligadas ao procedimento eleitoral, obtivemos os resultados apresentados na Figura 3. As diferenças nesse caso são fortes: os petistas ideológicos são muito menos propensos a não votar do que os demais grupos, especialmente do que os antipetistas sistêmicos, que são os que menos votariam.

Quando o tema é a confiança nas eleições, os dados também são claros: o grupo que se “destaca” dos demais é o dos antipetistas sistêmicos, pois os demais têm, mais ou menos, o mesmo grau de confiança, incluindo aí os antipetistas ideológicos. Isso quer dizer que são apenas aqueles que rejeitam sistematicamente os partidos, e não apenas o PT, que colocam em dúvida a confiança no procedimento de escolha das lideranças políticas do país.

Figura 3. Atitudes em relação ao processo político. Efeitos Marginais Regressão Logit



Fonte: Construído pelos autores, com base no Barômetro das Américas, 2016/17

A pergunta sobre o impeachment traz um resultado complexo. Em primeiro lugar, porque, ao contrário do que esperávamos, existe pouca diferença entre aqueles que concordam que o mal desempenho da econômica serve de justificativa para um impeachment. A única diferença significativa ($p < 0,018$) é a dos petistas ideológicos e antipetistas sistêmicos. Em outras palavras, há uma opinião relativamente homogênea entre os grupos de que o impeachment seria justificável diante de uma crise econômica. Não obstante, a diferença entre os que consideram o impeachment de Dilma justo muda radicalmente, com os petistas ideológicos sendo significativamente mais contrários do que os demais grupos. Nesse ponto, quem se destaca não são os antipetistas sistêmicos, mas sim os antipetistas ideológicos. Outro ponto que vale notar é que os “petistas

indiferentes” consideram o impeachment tão justo quanto os “antipetistas sistêmicos”, o que demonstram uma diferença importante entre os “petistas”.

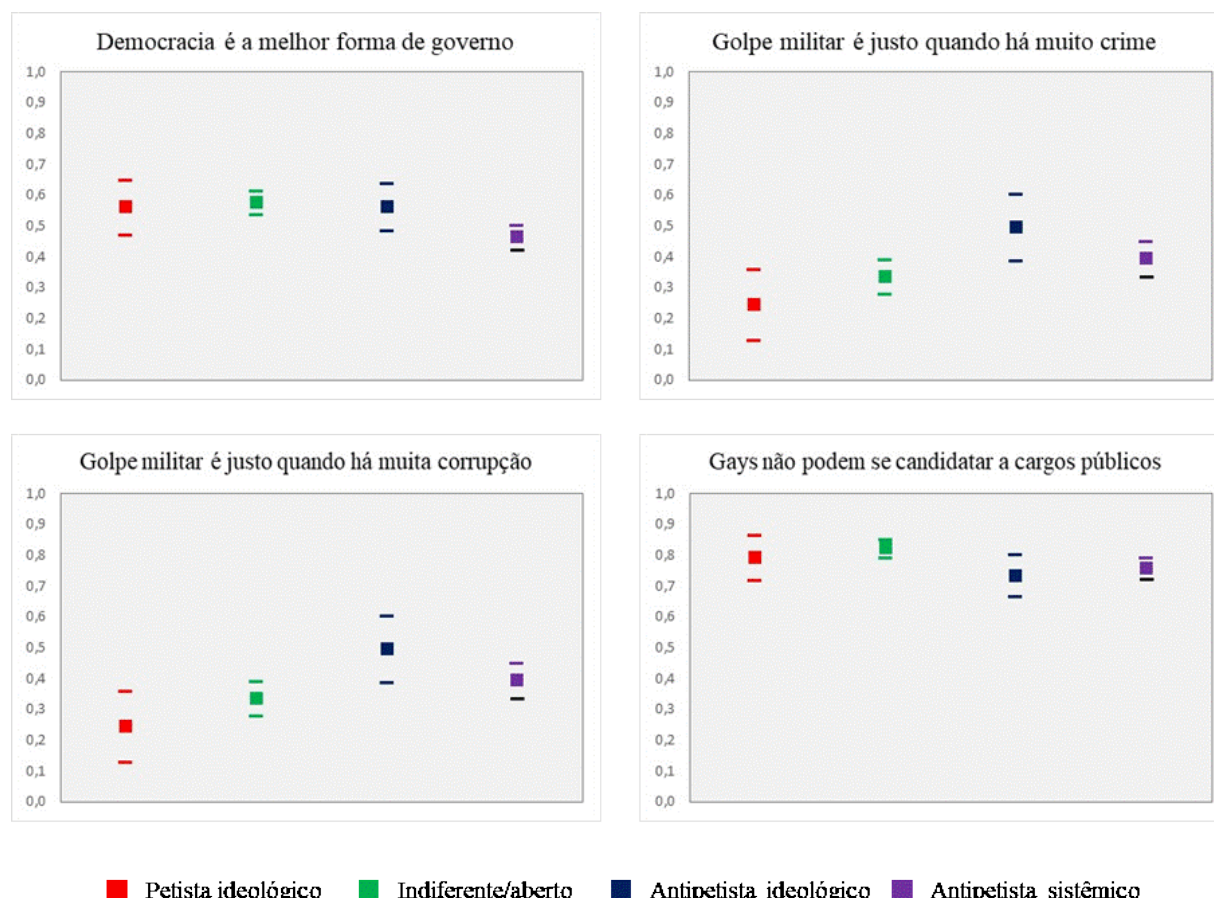
A faceta das atitudes democráticas também apresenta resultados interessantes, à começar pela medida churchilliana de democracia – “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”. Quase não existe diferença entre os grupos, com exceção dos antipetistas sistêmicos que tendem a concordar menos com a frase.

Mas o simples apoio ao regime não garante um compromisso democrático. Tão importante quanto declarar a importância da democracia, é a rejeição a medidas autoritárias, especialmente em situações na qual o contexto econômico e social vai mal. Por essa razão, medimos também o que os eleitores pensam a respeito da possibilidades de golpe militar no Brasil, em contextos (hipotéticos) no qual existe: muita criminalidade e muita corrupção.

Os resultados são bastante semelhantes: de forma geral o “petista ideológico” rejeita mais a possibilidade de golpe militar do que os demais grupos. O “petista indiferente” também tende a rejeitar mais um golpe, porém com uma diferença menor e estatisticamente significativa apenas quando comparado ao grupos do antipetistas ideológicos. Para nossa surpresa foi esse último grupo, e não o dos antipetistas sistêmicos, o que mais se destacou, muito embora, em termos de significância estatística, os grupos se toquem nas margens de erro.

Por fim, a terceira atitude analisada versa sobre a tolerância aos homossexuais. Não se trata, no entanto, da tolerância ao “homossexualismo”, mas à possibilidade de que os homossexuais possam concorrer à cargos públicos. Nesse sentido, representa uma variável de tolerância democrática, uma vez que todos têm o direito à vida pública, independentemente das suas opções sexuais. Nesse caso, as atitudes não são tão diferenciadas.

Figura 4. Atitudes democráticas. Efeitos Marginais a partir de Regressão Logit



Fonte: Construído pelos autores, com base no Barômetro das Américas, 2016/17

Com base nos resultados, voltamos às perguntas iniciais do artigo. Há, de fato, uma polarização em curso no Brasil? Ao trazer o foco da comparação para o binômio petistas e antipetistas e expandir o leque de variáveis que servem de parâmetro para mensurar a polarização, encontramos evidências de que em alguns aspectos existem diferenças importantes. Em primeiro lugar, podemos dizer que existem diferenças, ainda que não tão robustas, quanto as preferências por políticas públicas econômicas. De forma geral, os petistas tendem a concordar com posições de “esquerda”, como o papel do Estado em garantir a igualdade e a sua importância no controle de empresas estratégicas para o país. O mesmo não se observa para temas mais “morais”, como o aumento das penas e a permissão do aborto quando há risco para mãe. Nesses últimos casos, petistas e antipetistas sustentam posições bastante similares.

As diferenças se tornam mais pronunciadas quando o tema são os procedimentos de escolha, particularmente as eleições. Nesse caso, o antipetista sistêmico se afasta dos demais perfis ao ser mais propenso a não participar das eleições e a desconfiar da lisura das eleições. Aqui existe uma diferença importante, porque o mesmo não acontece com o antipetista ideológico, que tende a participar e confiar nas eleições tanto quanto os petistas. O divisor de águas aqui é a relação com o sistema político. Parcela do eleitorado antipetista ainda permanece “dentro” do sistema, participando e confiando nas eleições, enquanto outra parcela, parecem ficar de “fora”, não participando e desconfiando dos resultados por ele produzido. Essa diferença é fundamental, porque fomenta públicos distintos: um disposto a permanecer dentro do jogo “político” e outra disposto a aceitar atores que venha de foro do jogo, “outliers”.

As diferenças também existem no campo das atitudes democráticas. Entretanto, nesse caso, não há diferença entre os antipetistas ideológicos e sistêmicos, ambos tendendo mais a concordar com golpes militares do que os petistas. Ou seja, a intolerância aos petistas parece contribuir para uma atitude mais autoritária em contextos de desordem social.

5. Considerações finais

O artigo buscou discutir a questão da polarização política e as suas implicações sobre as atitudes políticas em termos eleitorais, de políticas públicas e democráticos. De forma geral, ser um “petista” ou um “antipetista” têm um efeito importante na forma como os eleitores formam sua preferência por políticas públicas e econômicas, suas crenças em torno dos procedimentos eleitorais e o seu apoio ao regime democrático. Essas diferenças, no entanto, não são homogêneas, sendo importante diferenciar, sobretudo, os antipetistas ideológicos e sistêmicos. Em pesquisas futuras seria, dessa forma, interessante avaliarmos não apenas o binômio petistas *versus* antipetistas e seus subgrupos, mas sim os quatro grupos identificados separadamente: petistas, ambivalentes, antipetistas e antisistêmicos, visto que embora o “Bolsonarismo” tenha conseguido capturar estes dois últimos, os independentes ficaram divididos.

Entre as limitações, podemos destacar que nem sempre as perguntas disponíveis nos bancos de dados são as mais adequadas, muitas delas tendo um caráter tão genérico que contribui para a homogeneidade das respostas. É o caso, por exemplo, da pergunta sobre o aborto ou mesmo a pergunta sobre o papel do Estado e a preferência pela democracia. Acreditamos que perguntas

mais específicas e diretas – por exemplo, se o aborto poderia ser livremente permitido à mulher ou se o governo deveria privatizar a Petrobrás – seriam mais efetivas na mensuração. Reconhecimento também que o Barômetro das Américas tem limitações por não ser uma pesquisa eleitoral, como é o ESEB. O que dificulta a construção de um perfil mais bem definido dos “petistas” e “antipetistas”. Todavia, pelo lado positivo, ele oferece um leque mais amplo de atitudes políticas que servem de parâmetro para a polarização política. Por fim, reconhecemos também que a ausência de uma série histórica inviabiliza qualquer análise sobre “crescimento” ou “declínio” da polarização. Nossas conclusões são limitadas ao horizonte temporal que o BA oferece: 2017. As eleições ainda não haviam começado e os assuntos políticos provavelmente eram menos saliente na opinião pública. Seria importante, nesse sentido, aplicar esse modelo em pesquisas futuras para que pudesse ser comparado ao longo do tempo, observando suas oscilações.

Referências bibliográficas

AMARAL, Oswaldo. **Ainda conectado: O PT e seus vínculos com a sociedade**. Opinião Pública, Campinas, vol. 17, n. 1, junho, 2011, p. 01-44.

AMARAL, Oswaldo; MENEGUELLO, Raquel. **The PT in Power: 2003-2016**. In: KINGSTONE, P. e POWER, T. Democratic Brazil divided. University of Petersburg Press, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **Cultura política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 28, p. 109-122, jun. 1995.

BATISTA-PEREIRA, Frederico. **Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas**. Opinião Pública, vol.19, n.2, Campinas, nov. 2013.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. **Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Opinião Pública, Campinas, vol. 24, nº 1, jan.-abr., 2018.

BRAGA, Maria do Socorro; CASALLECHI, Gabriel A. **Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil**. Opinião Pública, vol.22, n.3, pp.550-568, 2016.

BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL JR., Jairo. **Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?** Opinião Pública, vol. 17, nº 2, p. 271-303, 2011.

CARREIRÃO, Yan. **O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente.** *Revista Brasileira de Ciência Política* (14): 255-295, 2014.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Phillip; MILLER, Warren; STOKES, Donald. **The American voter.** New York: John Wiley & Sons, Inc., 1960.

COUTO, Cláudio. **O que nos trouxe? O que nos espera?** Em *Debate*, Belo Horizonte, v.8, n.2, p. 9-16, abr. 2016.

GIMENES, Éder R.; FURRIEL, Wesley O.; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo A. **Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014).** *Debates*, v. 10, n. 2, 2016.

GIMENES, Éder R; *Eleitores e partidos políticos na América Latina.* Appris: Curitiba. 2017

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX.** São Paulo: Ática, 1994.

KECK, Margaret Elizabeth. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** São Paulo: Ática, 1991.

KINGSTONE, Peter; POWER, Timothy. **Democratic Brazil divided.** University of Petersburg Press, 2017.

KINZO, Maria D'alva G. **Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19, n. 54, fevereiro, 2004.

LIMONGI, Fernando. **A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório.** *Novos estudos – CEBRAP*, n.76, São Paulo, nov. 2006.

LIMONGI, Fernando. *Impedindo Dilma.* *Novos estudos CEBRAP.* SÃO PAULO. Edição especial, pp. 5-13. Junho 2017.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **A crise atual e o debate institucional.** *Novos Estudos – Cebrap*, vol. 36, n.03, São Paulo, nov. 2017.

MEDEIROS, Mike; NÖEL, Alain. **The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies.** *Comparative Political Studies*, vol. 47, nº 7, p. 1.022-1.046, 2014.

MELO, Carlos R.; CAMARA, Rafael. **Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil**. Dados, 2012, vol.55, n.1, pp.71-117.

MELO, Carlos R. **Os partidos, a regra do jogo e a crise**. Em Debate, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.34-39, abr. 2016.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A Formação de um Partido, 1979-1982**. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana P. **O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva**. Opinião Pública, Campinas, vol. 22, nº 3, 2016, p. 638-674.

REIS, Guilherme Simões, The Workers' Party of Brazil: The pragmatic trap. In: BUTLER, Anthony, PARK, Auckland. Remaking the ANC: Party change in South Africa and the global South, Jacana Publishers, p. 69-83, 2014.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. **Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros**. Opinião Pública, Campinas, vol. 17, n. 2, nov. 2011, p. 333-368.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. **Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros**. Opinião Pública, vol. 22, nº 3, Campinas, 2016, p. 603-637.

ROSE, Richard; MISHLER, William. **Negative and positive party identification in post-communist countries**. Electoral Studies, vol. 17, nº 2, pp. 217-234, 1998.

SAMUELS, David. **From Socialism to Social Democracy: Party organization and the transformation of the Workers' Party in Brazil**. Comparative Political Studies, 37(9), 999–1024, 2004.

SAMUELS, David. **A evolução do petismo (2002-2008)**. Opinião Pública, v. 14, n. 2, Campinas, nov. 2008, p. 302-318.

SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar. **Partisans, anti-partisans and voter behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SPECK, Bruno W.; BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e pessedebistas**. Opinião Pública, vol.22, n.3, 2016, pp.569-602.

SPECK, Bruno W.; BRAGA, Maria do Socorro; COSTA, Valeriano. **Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, vol. 23, nº 56, p. 125-148, 2015.

VEIGA, Luciana. **O partidarismo no Brasil (2002/2010)**. Opinião Pública, vol. 17, no 2, 2011.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, vol.62, no.2, Rio de Janeiro, 2008.

VENTURI, Gustavo. **PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010**. Perseu, nº 5, p. 197-214, 2010.

TELLES, Helcimara. **Corrupção, antipetismo e nova direita: Elementos da crise político institucional**. GV Executivo. Volume 14. Nº 02 - julho/dezembro 2015.